



IBERSOL – SGPS, SA

Sociedade Aberta

Sede: Praça do Bom Sucesso, 105/159, 9º, Porto

Capital social: 24.000.000 Euros

Matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Porto sob o número único de matrícula e de identificação fiscal
501669477

RESULTADOS - 1º SEMESTRE 2016

- **Volume de Negócios consolidado de 108,1 milhões de euros**
Crescimento de 11% face ao 1º semestre de 2015
- **EBITDA consolidado de 16,4 milhões de euros. EBITDA ajustado de 14,0 milhões de euros.**
Que corresponde a um crescimento de 9,5% face ao período homólogo de 2015
- **Resultado líquido consolidado de 8,8 milhões euros**
- **Resultado líquido consolidado ajustado de factos não recorrentes de 5,7 milhões euros**
Que corresponde a um crescimento de 37,2% face ao período homólogo de 2015

RELATÓRIO DE ACTIVIDADE

Actividade

O volume de negócios consolidado no primeiro semestre de 2016 ascendeu a 108,1 milhões de euros que compara com 97,6 milhões de euros no período homólogo de 2015.

Com o mercado a manter a dinâmica evidenciada no primeiro trimestre, a Ibersol registou um crescimento do volume de negócios de 10,8%, com uma recuperação assinalável em Portugal. A evolução registada foi prejudicada pelo efeito da conversão cambial das vendas em Angola, consequência da desvalorização da moeda local.

	Milhões de euros	Var 16/15
Vendas Restauração	106,76	11,0%
Vendas Mercadorias	0,99	-6,9%
Prestação Serviços	0,39	15,5%
Volume Negócios	108,14	10,8%

A evolução favorável do mercado da restauração – estima-se que a restauração organizada tenha crescido cerca de 4% e 2% em Portugal e Espanha, respectivamente - e o efeito da abertura de unidades de maior dimensão do que as unidades encerradas permitiu que a Ibersol tenha registado um aumento das vendas de restauração de 11,0%.

O maior contributo para o crescimento das vendas de restauração advém dos *counters* que cresceram cerca de 16%.

VENDAS RESTAURAÇÃO	Milhões de euros	Var 16/15
Restaurantes	33,39	9,1%
Balcões	62,85	15,9%
Concessões e Catering	10,52	-7,3%
Vendas	106,76	11,0%

Beneficiando de um contexto mais favorável o segmento de Restaurantes cresceu mais do que o mercado, com especial destaque para o desempenho da Pizza Hut.

No segmento de balcões as marcas que operamos mantiveram a tendência evidenciada no ano transacto com ganhos de quota de mercado e com taxas de crescimento influenciadas por um maior número de unidades a operarem.

Os negócios agrupados em “Catering e Concessões” não atingiram as vendas do período homólogo decorrente de haverem sido encerradas 5 unidades localizadas em auto-estradas no

início do ano e sobretudo pela realização dum menor número de eventos de catering durante o segundo trimestre.

Durante o semestre, por terem terminado os períodos de concessão, encerramos cinco unidades localizadas em Áreas de Serviço que incluíam cinco cafetarias e duas Pans. Dando continuidade ao processo de simplificação da oferta nas áreas de serviço com menor tráfego encerramos ainda dois pontos de venda Pans permanecendo em funcionamento apenas os serviços de cafetaria. O grupo decidiu não renovar o contrato da Pizza Hut no CoimbraShopping e um contrato de concessão duma Cafetaria.

Dando seguimento à estratégia de expansão selectiva em Shoppings abrimos uma Pizza Hut e uma Burger King no Arcade Shopping de Braga. Cumprindo o programa de aberturas de unidades da Burger King foi realizada a abertura de mais um restaurante em Lisboa. No Centro Universitário do Porto abrimos um restaurante e passamos a dispor de um espaço de referência para a realização de eventos.

Em Espanha, passámos a operar uma unidade que se encontrava em regime de franquia.

No final do primeiro semestre o Grupo operava 372 restaurantes próprios, conforme se explicita no quadro abaixo:

Nº Unidades	2015	2016		2016
	31-Dez	Aberturas	Transf	Encerramentos
PORTUGAL	304	5		11
Próprias	303	5		11
Pizza Hut	92	1		1
Okilo+MIT	6			
Pans+Roulotte	51			4
Burger King	54	2		
KFC	18			
Pasta Caffé	10			
Quiosques	9			
Flor d'Oliveira	0			
Cafetarias	35			5
Catering	6	1		
Concessões e Outros	22	1		1
Franquiadas	1			
ESPAÑA	83	0		0
Próprias	66	0		0
Pizza Móvil	33		1	
Burger King	33			
Franquiadas	17		-1	
ANGOLA	8	0		
KFC	7			
Pizza Hut	1			
Total Próprias	377	5		11
Total Franquiadas	18	0		0
TOTAL	395	5		11

Resultados

O resultado líquido consolidado no final do primeiro semestre atingiu o valor de 8,8 milhões euros, mais 4,7 milhões de euros do que o verificado no mesmo período de 2015.

No final do primeiro trimestre foram recebidas compensações financeiras pelas perdas de tráfego originadas pela implementação de portagens nas ex-Scuts e, ainda, a devolução dos direitos de concessão, acrescidos dos juros inerentes, oportunamente pagos com a celebração de três contratos cujo objecto não chegou a concretizar-se.

Consequentemente, para uma melhor compreensão do resultado correspondente à exploração do primeiro semestre expurgamos os impactos destes proveitos excepcionais e não recorrentes, conforme demonstração ajustada que passamos a apresentar e que constituirá a referência para efeitos comparativos com o período homólogo do ano transacto.

	30-06-2016	Proveitos não recorrentes	Ajustado 30-06-2016	30-06-2015
Proveitos operacionais				
Vendas	107.750.310		107.750.310	97.249.875
Prestações de serviços	389.995		389.995	337.575
Outros proveitos operacionais	4.628.060	-2.397.758	2.230.302	1.133.695
Total de proveitos operacionais	112.768.365	-2.397.758	110.370.607	98.721.145
Custos Operacionais				
Custo das vendas	26.383.403		26.383.403	23.301.535
Fornecimentos e serviços externos	34.261.692		34.261.692	31.094.280
Custos com o pessoal	34.174.983		34.174.983	31.049.468
Amortizações, depreciações e perdas por imparidade	5.442.350		5.442.350	5.101.346
Outros custos operacionais	1.592.841		1.592.841	523.687
Total de custos operacionais	101.855.269	0	101.855.269	91.070.316
Resultados Operacionais	10.913.096	-2.397.758	8.515.338	7.650.829
EBITDA	16.355.446	-2.397.758	13.957.688	12.752.175
Custo de Financiamento líquido	579.756	-1.570.323	-990.567	-2.361.245
Ganhos em empreend.conjuntos - MEP	1.880		1.880	7.655
Resultados antes de impostos	11.494.732	-3.968.081	7.526.651	5.297.239
Imposto sobre o rendimento	2.707.545	-833.297	1.874.248	1.178.521
Resultado líquido consolidado	8.787.187	-3.134.784	5.652.403	4.118.718

Assim, o resultado líquido ajustado do 1º semestre é de 5,7 milhões de euros, que compara com 4,1 milhões de euros no período homólogo de 2015.

A **margem bruta** no semestre correspondeu a 75,6% do volume de negócios, inferior à verificada no período homólogo de 2015 (1ºSemestre 15: 76,1) evidenciando o aumento da agressividade promocional e o maior peso dos balcões no volume de vendas.

A estrutura de custos continua a evidenciar a dinâmica dos últimos anos o que garante uma alavancagem da rentabilidade sempre que se regista um crescimento do volume de negócios. De facto, verificou-se uma diluição do peso nas rubricas:

- **Custos com pessoal**: aumento de 10,1%, inferior à evolução das vendas, passando a representar 31,6% do volume de negócios (1ºsemestre 15: 31,8%). O aumento da atividade e a diluição dos custos de estrutura compensaram os efeitos da subida do salário mínimo em Portugal superior a 5%;

- **FSEs**: aumento de 10,2%, ligeiramente inferior à evolução das vendas, passando a representar 31,7% do volume de negócios, menos 0,2 p.p. do que no período homólogo de 2015.

O aumento dos custos de manutenção em cerca de 18% foi compensado pela diluição dos demais custos fixos.

Os **outros proveitos operacionais** aumentaram cerca de 1 milhão de euros correspondendo quase na íntegra aos proveitos provenientes de serviços de consultadoria prestados no primeiro trimestre.

Por outro lado, os **outros custos operacionais** também aumentaram cerca de 1,1 milhões de euros, decorrente de custos associados aos encerramentos (0,5 milhões de euros) e às diferenças de câmbio no montante de 520 mil euros registadas na subsidiária angolana em consequência da desvalorização do AKZ face às moedas estrangeiras em que estão denominadas alguns passivos e indexados alguns ativos.

Consequentemente, o **EBITDA** ajustado registou um aumento de 1,2 milhões de euros tendo ascendido a 14,0 milhões de euros, ou seja mais 9,5 % do que no semestre homólogo.

A **margem EBITDA** ajustada situou-se em 12,9% do volume de negócios que compara com 13,1% no primeiro semestre de 2015.

A margem **EBIT** consolidada ajustada passou de 5,4% do volume de negócios para 7,0%, correspondendo a um resultado operacional de 7,5 milhões de euros.

Os **resultados financeiros** consolidados ajustados foram negativos em 990 mil euros, cerca de 1,4 milhões de euros inferiores aos do 1º semestre de 2015 e ao mesmo nível dos verificados no mesmo período de 2014. Saliente-se que no primeiro semestre de 2015 as diferenças de câmbio apuradas em Angola no montante de 1,4 milhões de euros eram registadas nas rubricas do custo de financiamento líquido.

O custo médio dos financiamentos, que se situou em 5,4%, foi substancialmente superior ao verificado no 1º semestre de 2015. Apesar da redução das taxas de referência dos empréstimos verificada ao longo dos últimos doze meses na Europa, o aumento do peso dos financiamentos contraídos em Angola (38% do total de empréstimos do grupo), com taxas de juro muito superiores à média do Grupo fez com que o custo médio dos empréstimos subisse 1%.

Situação Financeira

O Activo Total ascendeu a cerca de 249 milhões de euros e o Capital Próprio situou-se em 137 milhões de euros, representando cerca de 55% do Activo.

No semestre foram distribuídos lucros aos minoritários da Ibersande no montante de 3,6 milhões de euros. Por outro lado, a sociedade distribuiu aos seus accionistas 1,8 milhões de euros, duplicando o montante dos anos anteriores.

Como é característico deste negócio, o Activo corrente é inferior ao Passivo corrente. O abono financeiro situou-se em 32 milhões de euros, montante próximo do que se verificava no final do ano.

O investimento ascendeu a 8,3 milhões de euros sendo que cerca de 75% foi aplicado no programa de expansão e o restante na remodelação dalgumas unidades.

O endividamento remunerado líquido em 30 de Junho de 2016 ascendia a 18 milhões de euros, inferior em 4 milhões ao valor registado final de 2015.

Acções Próprias

Durante o primeiro semestre de 2016 não foram efectuadas transacções de acções próprias, pelo que a 30 de Junho a sociedade era detentora de 2.000.000 de acções próprias, representando 10% do capital, adquiridas por um montante de 11.179.644 euros, correspondente a um preço médio por acção de 5,59 euros.

A sociedade registou o aumento de capital de 20.000.000 para 24.000.000 acções por incorporação de reservas conforme deliberação da Assembleia Geral, encontrando-se em curso o processo de admissão à cotação das novas acções e respectiva atribuição aos Accionistas.

Riscos e Incertezas

O principal risco para a actividade continuará a ser a evolução da procura interna em Portugal e Espanha.

Em Angola, a desvalorização do AKZ associada ao atraso nos pagamentos em moeda estrangeira, que se encontram limitados ao montante de divisas disponibilizadas pelo BNA, incrementaram significativamente o risco cambial da operação naquele país.

Perspectivas

No segundo semestre prevemos que se mantenha a tendência de vendas que se verificou no primeiro e que se acentue a pressão sobre as margens, excluindo o efeito da alteração da taxa de IVA.

De facto, no passado dia 1 de Julho entrou em vigor o diploma que consagra a taxa intermédia de IVA para as prestações de serviço de restauração no que se refere às comidas, que deverá ter um efeito nas vendas do segundo semestre entre 5 e 6%.

O plano de expansão para o segundo semestre traduzir-se-á na abertura de mais 14 novas unidades, entre as quais se incluem 3 em Angola. Mantemos, também, o propósito de continuar o plano modernização e remodelação das actuais unidades, principalmente Pizza Hut.

Em Angola, as receitas inerentes á exportação de petróleo não atingirão, ainda, o montante necessário para, apesar da significativa redução das importações, assegurar a respectiva cobertura, pelo que é provável que se mantenham as actuais dificuldades de acesso a divisas para efectuar pagamentos ao exterior pelo que continuaremos a dar especial atenção à cobertura do risco de câmbio.

Eventos Subsequentes

No passado mês de Julho informámos o mercado de que foram celebrados dois acordos, subordinados a algumas condições:

- com a Yum para converter as unidades Pizza Movil em Espanha em Pizza Hut;
- com a Agrolimen para aquisição da totalidade da participação por ela detida na Eat-Out, por um valor de cerca de 110 milhões de euros (sem dívida remunerada), operação que será financiada com recurso a endividamento bancário, sendo provável que os acordos finais sejam celebrados até ao termo do presente exercício.

Porto, 29 de Agosto de 2016

António Alberto Guerra Leal Teixeira
(Administrador)

António Carlos Vaz Pinto de Sousa
(Administrador)

Juan Carlos Vázquez-Dodero
(Administrador)

Declaração de Conformidade

Declaração de conformidade a que se refere a alínea c) do nº 1 do artigo 246º do Código dos Valores Mobiliários

Em cumprimento da alínea c) do nº1 do artigo 246º do Código de Valores Mobiliários cada um dos membros do órgão de administração abaixo identificados declaram que tanto quanto é do seu conhecimento:

- (i) As demonstrações financeiras condensadas, referentes ao primeiro semestre de 2016, foram elaboradas em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Ibersol SGPS, S.A. e das empresas incluídas no perímetro de consolidação; e
- (ii) o relatório de gestão intercalar relativo ao primeiro semestre de 2016 expõe fielmente os acontecimentos importantes ocorridos naquele período e o impacto nas respectivas demonstrações financeiras, contendo igualmente uma descrição dos principais riscos e incertezas para os seis meses seguintes.

Porto, 29 de Agosto de 2016

António Alberto Guerra Leal Teixeira
António Carlos Vaz Pinto Sousa
Juan Carlos Vázquez-Dodero

Presidente do Conselho de Administração
Vice-Presidente do Conselho de Administração
Vogal do Conselho de Administração

Participações Qualificadas

Em cumprimento do artigo 9º número 1 alínea c) do Regulamento da CMVM nº5/2008, indicamos os titulares de participações qualificadas conhecidos em 30 de Junho de 2016.

Accionista	nº acções	% capital social
ATPS - SGPS, S.A. (*)		
Diretamente	10.981.701	54,91%
António Alberto Guerra Leal Teixeira	1.400	0,01%
António Carlos Vaz Pinto Sousa	1.400	0,01%
Total participação detida / imputável	10.984.501	54,92%
Banco BPI, S.A.		
Fundo Pensões Banco BPI	400.000	2,00%
Total participação detida / imputável	400.000	2,00%
Magallanes Iberian Equity FI		
Fundos	432.628	2,16%
Total participação detida / imputável	432.628	2,16%
Bestinver Gestion GGIIIC		
Fundos	2.512.759	12,56%
Total participação detida / imputável	2.512.759	12,56%
Norges Bank		
Directamente	743.147	3,72%
FMR LLC		
Fidelity Management & Research Company	400.000	2,00%

(*) Os direitos de voto imputáveis à ATPS são igualmente imputáveis a António Pinto Sousa e a Alberto Teixeira nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 20.º e do n.º 1 do artigo 21.º, ambos do Código dos Valores Mobiliários, em virtude de estes últimos deterem o domínio da referida sociedade, na qual participam indirectamente, em partes iguais, através, respectivamente, das sociedades CALUM - SERVIÇOS E GESTÃO, S.A. com o NIPC 513799486 e DUNBAR - SERVIÇOS E GESTÃO, S.A. com o NIPC 513799257, as quais, em conjunto, detêm a maioria do capital social da ATPS.

Ocorreu o aumento de capital de 20.000.000 para 24.000.000 acções por incorporação de reservas conforme deliberação da Assembleia Geral, encontrando-se em curso o processo de admissão à cotação das novas acções e respectiva atribuição aos Accionistas.

Informação dos Órgãos Sociais

Em cumprimento do Artigo 9º n.º1 alínea a9 do Regulamento da CMVM n.º5/2008, informamos as transações e o número de valores mobiliários emitidos pela sociedade ou por sociedades em relação de domínio detidos por parte dos membros dos Órgãos Sociais referentes ao 1º semestre

Conselho de Administração	Data	Aquisições	Alienações	SALDO 30.06.2016
		n.º acções	n.º acções preço	

António Alberto Guerra Leal Teixeira

DUNBAR- SERVIÇOS E GESTÃO SA (1) 9.996

Ibersol SGPS, SA 1.400

António Carlos Vaz Pinto Sousa

CALUM- SERVIÇOS E GESTÃO SA (2) 9.996

Ibersol SGPS, SA 1.400

(1) DUNBAR- SERVIÇOS E GESTÃO SA

ATPS- S.G.P.S., SA (3) 2.840

(2) CALUM- SERVIÇOS E GESTÃO SA

ATPS- S.G.P.S., SA (3) 2.840

(3) ATPS- S.G.P.S., SA	Data	Aquisições	Alienações	SALDO 30.06.2016

Ibersol SGPS, SA 10.981.701

Informação de Transacções de Dirigentes

Em cumprimento do disposto no artigo 14º n.º 7 do Regulamento da CMVM n.º 5/2008, informamos que durante o primeiro semestre não foram comunicadas à sociedade transacções de acções da emitente efectuadas por dirigentes e pessoas estreitamente relacionadas com aqueles.

Ibersol S.G.P.S., S.A.

Demonstrações Financeiras Consolidadas

30 de Junho de 2016

IBERSOL S.G.P.S., S.A.
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DA POSIÇÃO FINANCEIRA
EM 30 DE JUNHO DE 2016 E 31 DE DEZEMBRO DE 2015
 (valores em euros)

ACTIVO	Notas	30-06-2016	31-12-2015
Não corrente			
Activos Fixos Tangíveis	7	139.992.386	141.633.142
Goodwill	8	40.509.009	40.509.009
Activos Intangíveis	8	11.531.792	11.431.871
Impostos diferidos activos		3.256.690	3.294.546
Investimentos financeiros - Entidades conjuntamente controladas		2.419.771	2.417.891
Outros Investimentos financeiros		425.153	402.591
Outros activos financeiros	14	15.085.648	7.098.836
Outros activos não correntes		1.364.243	1.408.996
Total de activos não correntes		<u>214.584.692</u>	<u>208.196.882</u>
Corrente			
Existências		8.211.020	7.711.071
Caixa e depósitos bancários		15.101.397	14.471.082
Imposto s/ rendimento a recuperar		561.053	144.108
Outros activos correntes	15	10.569.378	10.793.400
Total de activos correntes		<u>34.442.848</u>	<u>33.119.661</u>
Total do Activo		<u>249.027.540</u>	<u>241.316.543</u>
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital e reservas atribuíveis aos detentores do capital			
Capital Social	9	24.000.000	20.000.000
Ações próprias	9	-11.179.644	-11.179.644
Reservas de conversão cambial		-1.977.064	-850.439
Reserva legal		-	4.000.001
Outras reservas e resultados transitados		116.414.921	107.372.132
Resultado líquido do exercício		8.872.365	10.582.266
		<u>136.130.578</u>	<u>129.924.316</u>
Interesses não controlados	10	977.718	5.121.687
Total do Capital Próprio		<u>137.108.296</u>	<u>135.046.003</u>
PASSIVO			
Não corrente			
Empréstimos	14	37.851.214	25.309.774
Impostos diferidos passivos		10.079.744	10.046.125
Provisões		2.062.128	861.962
Instrumentos financeiros derivados		176.437	181.602
Outros passivos não correntes		225.289	239.713
Total de passivos não correntes		<u>50.394.812</u>	<u>36.639.176</u>
Corrente			
Empréstimos	14	10.509.891	18.125.529
Contas a pagar a fornecedores e acréscimos de custos		39.958.398	41.398.168
Imposto s/ rendimento a pagar		2.457.990	1.390.543
Outros passivos correntes	15	8.598.153	8.717.124
Total de passivos correntes		<u>61.524.432</u>	<u>69.631.364</u>
Total do Passivo		<u>111.919.244</u>	<u>106.270.540</u>
Total do Capital Próprio e Passivo		<u>249.027.540</u>	<u>241.316.543</u>

O Conselho de Administração,

IBERSOL S.G.P.S., S.A.
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RENDIMENTO INTEGRAL
PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO de 2016 E 2015
(valores em euros)

	<u>Notas</u>	<u>30-06-2016</u>	<u>30-06-2015</u>
Proveitos operacionais			
Vendas	5	107.750.310	97.249.875
Prestações de serviços	5	389.995	337.575
Outros proveitos operacionais	6	4.628.060	1.133.695
Total de proveitos operacionais		<u>112.768.365</u>	<u>98.721.145</u>
Custos Operacionais			
Custo das vendas		26.383.403	23.301.535
Fornecimentos e serviços externos		34.261.692	31.094.280
Custos com o pessoal		34.174.983	31.049.468
Amortizações, depreciações e perdas por imparidade	7 e 8	5.442.350	5.101.346
Outros custos operacionais		1.592.841	523.687
Total de custos operacionais		<u>101.855.269</u>	<u>91.070.316</u>
Resultados Operacionais		<u>10.913.096</u>	<u>7.650.829</u>
Custo de Financiamento líquido	16	579.756	-2.361.245
Ganhos (perdas) em empreend.conjuntos - MEP		1.880	7.655
Resultados antes de impostos		<u>11.494.732</u>	<u>5.297.239</u>
Imposto sobre o rendimento		2.707.545	1.178.521
Resultado líquido consolidado		<u>8.787.187</u>	<u>4.118.718</u>
Outro rendimento integral:			
Varição da reserva de conversão cambial (líquida de imposto e passível de ser reciclada por resultados)		-1.126.625	-523.477
RENDIMENTO INTEGRAL CONSOLIDADO		<u>7.660.562</u>	<u>3.595.241</u>
Resultado líquido consolidado atribuível a:			
Accionistas da empresa mãe		8.872.365	4.185.261
Interesses não controlados		-85.177	-66.543
		<u>8.787.187</u>	<u>4.118.718</u>
Rendimento integral consolidado atribuível a:			
Accionistas da empresa mãe		7.745.740	3.661.784
Interesses não controlados		-85.177	-66.543
		<u>7.660.562</u>	<u>3.595.241</u>
Resultado por acção:			
Básico	9	<u>0,46</u>	<u>0,23</u>
Diluído		<u>0,46</u>	<u>0,23</u>

O Conselho de Administração,

IBERSOL S.G.P.S., S.A.
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RENDIMENTO INTEGRAL
PARA O SEGUNDO TRIMESTRE DOS ANOS DE 2016 E 2015
 (valores em euros)

	Notas	2º TRIMESTRE (não auditado)	
		2016	2015
Proveitos operacionais			
Vendas	5	54.942.956	50.128.062
Prestações de serviços	5	240.025	188.632
Outros proveitos operacionais	6	658.495	592.517
Total de proveitos operacionais		55.841.476	50.909.211
Custos Operacionais			
Custo das vendas		13.452.716	12.079.822
Fornecimentos e serviços externos		17.540.655	15.803.086
Custos com o pessoal		17.364.915	15.842.086
Amortizações, depreciações e perdas por imparidade	7 e 8	2.724.675	2.617.207
Outros custos operacionais		407.556	241.769
Total de custos operacionais		51.490.517	46.583.970
Resultados Operacionais		4.350.959	4.325.241
Custo de Financiamento líquido	16	-471.270	-2.212.595
Ganhos em empreend.conjuntos - MEP		10.189	3.093
Resultados antes de impostos		3.889.878	2.115.739
Imposto sobre o rendimento		966.312	328.990
Resultado líquido consolidado		2.923.566	1.786.749
Outro rendimento integral:			
Varição da reserva de conversão cambial (líquida de imposto e passível de ser reciclada por resultados)		-167.575	-623.413
RENDIMENTO INTEGRAL CONSOLIDADO		2.755.991	1.163.336
Resultado líquido consolidado atribuível a:			
Accionistas da empresa mãe		2.959.206	1.814.081
Interesses não controlados		-35.639	-27.332
		2.923.566	1.786.749
Rendimento integral consolidado atribuível a:			
Accionistas da empresa mãe		2.791.631	1.190.668
Interesses não controlados		-35.639	-27.332
		2.755.991	1.163.336
Resultado por acção:	9		
Básico		0,14	0,10
Diluído		0,14	0,10

O Conselho de Administração,

IBERSOL S.G.P.S., S.A.
Demonstrações Consolidadas das alterações no Capital Próprio
para os períodos de seis meses findos em 30 de Junho de 2016 e 2015
 (valores em euros)

Nota	Atribuível a detentores do capital							Interesses Não Controlados	Total Capital Próprio
	Capital Social	Acções Próprias	Reservas de conversão cambial	Reserva Legal	Outras Reservas e Resultados Transitados	Resultado Líquido	Total		
Saldo em 1 de Janeiro de 2015	20.000.000	-11.179.644	68.631	4.000.001	100.691.623	7.756.088	121.336.699	4.976.886	126.313.585
Alterações do período:									
Aplicação do resultado consolidado de 2014:									
Transferência para reservas e resultados transitados					6.766.088	-6.766.088	-		-
Reservas de conversão - Angola			-523.477				-523.477		-523.477
Resultado consolidado do período de seis meses findos em 30 de Junho de 2015						4.185.261	4.185.261	-66.543	4.118.718
Total alterações do período	-	-	-523.477	-	6.766.088	-2.580.827	3.661.784	-66.543	3.595.241
Resultado líquido consolidado						4.185.261	4.185.261	-66.543	4.118.718
Rendimento consolidado integral							3.661.784	-66.543	3.595.241
Operações com detentores de capital no período									
Aplicação do resultado consolidado de 2014:									
Dividendos distribuídos						-990.000	-990.000		-990.000
	-	-	-	-	-	-990.000	-990.000	-	-990.000
Saldo em 30 de Junho de 2015	20.000.000	-11.179.644	-454.846	4.000.001	107.457.711	4.185.261	124.008.483	4.910.343	128.918.826
Saldo em 1 de Janeiro de 2016	20.000.000	-11.179.644	-850.439	4.000.001	107.372.132	10.582.266	129.924.316	5.121.687	135.046.003
Alterações do período:									
Aplicação do resultado consolidado de 2015:									
Transferência para reservas e resultados transitados					10.582.266	-10.582.266	-		-
Aumento capital	4.000.000			-4.000.001					
Efeito variação de minoritários					260.522		260.522	-260.522	-
Reservas de conversão - Angola			-1.126.625				-1.126.625		-1.126.625
Resultado consolidado do período de seis meses findos em 30 de Junho de 2016						8.872.365	8.872.365	-85.177	8.787.187
Total alterações do período	4.000.000	-	-1.126.625	-4.000.001	10.842.788	-1.709.901	8.006.262	-345.699	7.660.562
Resultado líquido consolidado						8.872.365	8.872.365	-85.177	8.787.187
Rendimento consolidado integral							7.745.740	-85.177	7.660.562
Operações com detentores de capital no período									
Aplicação do resultado consolidado de 2015:									
Dividendos distribuídos						-1.800.000	-1.800.000	-3.798.270	-5.598.270
	-	-	-	-	-	-1.800.000	-	-3.798.270	-5.598.270
Saldo em 30 de Junho de 2016	24.000.000	-11.179.644	-1.977.064	-	116.414.920	8.872.365	136.130.578	977.718	137.108.296

IBERSOL S.G.P.S., S.A.
Demonstrações Consolidadas dos Fluxos de Caixa
Para os períodos de seis meses findos em 30 de Junho de 2016 e 2015
(valores em euros)

	Nota	Períodos de seis meses findos em 30 de Junho	
		2016	2015
Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais			
Recebimentos de clientes		107.467.096	97.362.793
Pagamentos a fornecedores		-65.764.614	-58.844.835
Pagamentos ao pessoal		-25.184.310	-21.902.459
Pagamentos/recebimento imposto s/ rendimento		-705.510	-233.843
Outros receb/pagam. rel. à activ.operacional		1.100.551	-3.264.454
Fluxos das actividades operacionais (1)		16.913.213	13.117.202
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros			
Activos fixos tangíveis		2.770	18.978
Activos intangíveis			
Subsidios de Investimento		4.608	82.738
Juros recebidos	16	1.943.062	91.000
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros			
Outros activos financeiros	14	6.451.791	17.450
Activos fixos tangíveis		10.983.947	8.224.865
Activos intangíveis		974.326	758.062
Outros			
Fluxos das actividades de investimento (2)		-16.482.186	-8.807.661
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos	14	9.970.128	2.355.871
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos			
Amortizações de contratos locação financeira		2.326.945	3.403.633
Juros e custos similares		75.773	
Dividendos pagos	10	1.316.293	942.327
		5.598.270	990.000
Fluxos das actividades de financiamento (3)		652.847	-2.980.089
Varição de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)		1.083.874	1.329.452
Efeito da variação perímetro			
Efeito das diferenças de cambio		-540.267	78.458
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		14.425.207	13.471.613
Caixa e equivalentes de caixa no final do período		14.968.814	14.879.523

O Conselho de Administração,

IBERSOL SGPS, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2016

(Montantes expressos em euros)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A IBERSOL, SGPS, SA (“Empresa” ou “Ibersol”), tem sede na Praça do Bom Sucesso, Edifício Península n.º 105 a 159 – 9º, 4150-146 Porto, Portugal, e as suas subsidiárias (conjuntamente, o Grupo), exploram uma rede de 389 unidades no ramo da restauração através das marcas Pizza Hut, Pasta Caffé, Pans & Company, Kentucky Fried Chicken, Burger King, O’ Kilo, Roulotte, Quiosques, Pizza Móvil, Miit, Sol, Sugestões e Opções, Silva Carvalho Catering e Palace Catering, cafetarias e outras concessões. O Grupo possui 372 unidades de exploração própria e 17 em regime de franquia. Deste universo, 83 estão sediadas em Espanha, repartindo-se por 67 estabelecimentos próprios e 16 franquiados, e 8 em Angola.

A Empresa é uma sociedade anónima e está cotada na Euronext de Lisboa.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas são idênticas às utilizadas na preparação da informação para os períodos findos em 30 de Junho e 31 de Dezembro de 2015, encontrando-se descritas nas demonstrações financeiras completas do último exercício apresentado, com excepção da apresentação das diferenças de câmbio pela sua inclusão em outros proveitos/outros custos operacionais e exclusão de custo de financiamento líquido.

2.1. Bases de apresentação

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adoptadas na União Europeia e em vigor em 01 de Janeiro de 2016, em particular com a Norma Internacional n.º 34 – Relato Financeiro Intercalar.

3. ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS IMPORTANTES E JULGAMENTOS

As estimativas e julgamentos adoptadas a 31 de Dezembro de 2015 não foram substancialmente diferentes dos valores que se efectivaram no período findo em 30 de Junho de 2016.

4. INFORMAÇÕES RELATIVAS ÀS EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO E OUTRAS

4.1. As empresas do Grupo incluídas na consolidação em 30 de Junho de 2016 e 30 de Junho e 31 de Dezembro de 2015 são as seguintes:

Firma	Sede	% Participação		
		Jun-16	Jun-15	Dez-15
<u>Empresa mãe</u>				
Ibersol SGPS, S.A.	Porto	mãe	mãe	mãe
<u>Empresas filiais</u>				
Iberusa Hotelaria e Restauração, S.A.	Porto	100%	100%	100%
Ibersol Restauração, S.A.	Porto	100%	100%	100%
Ibersande Restauração, S.A.	Porto	80%	80%	80%
Ibersol Madeira e Açores Restauração, S.A.	Funchal	100%	100%	100%
Ibersol - Hotelaria e Turismo, S.A.	Porto	100%	100%	100%
Iberking Restauração, S.A.	Porto	100%	100%	100%
Iberaki Restauração, S.A.	Porto	100%	100%	100%
Restmon Portugal, Lda	Porto	61%	61%	61%
Vidisco, S.L.	Vigo - Espanha	100%	100%	100%
Inverpeninsular, S.L.	Vigo - Espanha	100%	100%	100%
Ibergourmet Produtos Alimentares, S.A.	Porto	100%	100%	100%
Ferro & Ferro, Lda.	Porto	100%	100%	100%
Asurebi SGPS, S.A.	Porto	100%	100%	100%
Charlotte Develops, SL	Madrid-Espanha	100%	100%	100%
Firmoven Restauração, S.A.	Porto	100%	100%	100%
(c) IBR - Sociedade Imobiliária, S.A.	Porto	100%	98%	98%
Eggon SGPS, S.A.	Porto	100%	100%	100%
Anatir SGPS, S.A.	Porto	100%	100%	100%
Lurca, SA	Madrid-Espanha	100%	100%	100%
Q.R.M.- Projectos Turísticos, S.A	Porto	100%	100%	100%
Sugestões e Opções-Actividades Turísticas, S.A	Porto	100%	100%	100%
Resboavista- Restauração Internacional, Lda	Porto	100%	100%	100%
José Silva Carvalho Catering, S.A	Porto	100%	100%	100%
(a) Iberusa Central de Compras para Restauração ACE	Porto	100%	100%	100%
(b) Vidisco, Pasta Café Union Temporal de Empresas	Vigo - Espanha	100%	100%	100%
Maestro - Serviços de Gestão Hoteleira, S.A.	Porto	100%	100%	100%
SEC - Eventos e Catering, S.A.	Porto	100%	100%	100%
IBERSOL - Angola, S.A.	Luanda - Angola	100%	100%	100%
HCI - Imobiliária, S.A.	Luanda - Angola	100%	100%	100%
(c) Gravos 2012, S.A.	Porto	100%	98%	98%

Empresas controladas conjuntamente

UQ Consult - Serviços de Apoio à Gestão, S.A.	Porto	50%	50%	50%
---	-------	-----	-----	-----

(a) Agrupamento Complementar de Empresas que actua como Central de Compras e de Logística e assegura o aprovisionamento dos respectivos restaurantes em matérias-primas e serviços de manutenção.

(b) Union Temporal de Empresas constituída em 2005 e que ao longo do ano funcionou como Central de Compras em Espanha, assegurando o aprovisionamento de matérias-primas dos respectivos restaurantes.

(c) Variação resultante da venda intra-grupo de 10% da participada IBR Imobiliária, pela subsidiária Ibersande à subsidiária Asurebi.

Estas empresas filiais foram incluídas na consolidação pelo método de consolidação integral. À entidade conjuntamente controlada UQ Consult foi aplicado o método de equivalência patrimonial em função da percentagem de participação detida pelo grupo.

As percentagens de participação nas sociedades referidas consubstanciam-se em idêntica percentagem de direitos de voto.

4.2. Alterações ocorridas no perímetro de consolidação

4.2.1. Aquisição de novas sociedades

No período de seis meses findo em 30 de Junho de 2016 não houve lugar à aquisição de novas sociedades.

4.2.2. Alienações

No período de seis meses findo em 30 de Junho de 2016 não ocorreram alienações de subsidiárias.

4.2.3. Alteração na percentagem de participação

Em 02 de Janeiro de 2016, a subsidiária Ibersande vendeu a sua participação de 10% na subsidiária IBR Imobiliária, à Asurebi SGPS.

Como a Ibersande é detida em 80% pelo grupo, e a subsidiária Gravos a 100% pela IBR Imobiliária, daqui resulta a alteração na percentagem de participação do grupo, de 98% para 100%, nas duas subsidiárias IBR Imobiliária e Gravos.

5. INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

A Administração da Ibersol monitoriza o negócio com base na seguinte segmentação:

SEGMENTO	MARCAS					
Restaurantes	Pizza Hut	Pasta Caffè	Pizza Movil			
Counters	KFC	O'Kilo	Miit	Burguer King	Pans	Quiosques
Concessões e Catering	Sol (AS)	Concessões	Catering	Lojas conveniência		

Os resultados por segmento para os períodos de seis meses findos em 30 de Junho de 2016 e de 2015 são:

	Restaurantes	Counters	Concessões e Catering	Outros, eliminações e ajustamentos	Total Grupo
30 DE JUNHO 2016					
Cliente Inter-segmento	-	-	-	-	-
Cliente externo	34.417.524	62.862.493	10.699.674	160.614	108.140.305
Volume de Negócios	34.417.524	62.862.493	10.699.674	160.614	108.140.305
Royalties	1.535.736	2.924.655	112.932	-	4.573.323
Rendas e Condomínios	3.967.773	5.421.698	1.756.200	-	11.145.671
CEVC	6.866.224	16.835.302	2.681.877	-	26.383.403
Cash-flow operacional (EBITDA)	3.516.049	8.676.077	4.163.320	-	16.355.446
Amortizações, depreciações e perdas por imparidade	1.290.106	3.169.299	863.294	119.651	5.442.350
Resultado operacional (EBIT)	2.225.943	5.506.778	3.300.026	-119.651	10.913.096
30 DE JUNHO 2015					
Cliente Inter-segmento	-	-	-	-	-
Cliente externo	31.870.566	54.227.173	11.327.984	161.727	97.587.450
Volume de Negócios	31.870.566	54.227.173	11.327.984	161.727	97.587.450
Royalties	1.356.865	2.447.788	90.325	-	3.894.978
Rendas e Condomínios	3.825.142	4.915.392	1.694.848	-	10.435.382
CEVC	6.608.635	13.851.341	2.841.560	-	23.301.535
Cash-flow operacional (EBITDA)	2.726.433	8.706.309	1.319.641	-207	12.752.175
Amortizações, depreciações e perdas por imparidade	1.454.825	2.647.185	872.133	127.203	5.101.346
Resultado operacional (EBIT)	1.271.608	6.059.124	447.508	-127.411	7.650.829

O detalhe de réditos e activos não correntes por geografia a 30 de Junho de 2016 e de 2015, apresenta-se como segue:

30 DE JUNHO 2016	Portugal (1)	Espanha	Grupo
Restauração	82.382.153	24.374.890	106.757.043
Mercadorias	234.000	759.267	993.267
Prestação de Serviços	118.687	271.308	389.995
Volume de Negócio	82.734.840	25.405.465	108.140.305
Activos Fixos Tangíveis e Intangíveis	133.368.913	18.155.265	151.524.178
Goodwill	7.605.482	32.903.527	40.509.009
Impostos diferidos activos	2.869.377	387.313	3.256.690
Investimentos financeiros - Entidades conjuntamente controladas	2.419.771	-	2.419.771
Outros Investimentos financeiros	425.153	-	425.153
Outros activos financeiros	15.085.648	-	15.085.648
Outros activos não correntes	-	1.364.243	1.364.243
Total de activos não correntes	161.774.344	52.810.348	214.584.692
30 DE JUNHO 2015	Portugal (1)	Espanha	Grupo
Restauração	73.691.769	22.491.326	96.183.095
Mercadorias	263.079	803.701	1.066.780
Prestação de Serviços	158.643	178.932	337.575
Volume de Negócio	74.113.491	23.473.959	97.587.450
Activos Fixos Tangíveis e Intangíveis	127.254.200	19.156.435	146.410.635
Goodwill	7.691.061	32.903.527	40.594.588
Impostos diferidos activos	216.499	377.389	593.888
Investimentos financeiros - Entidades conjuntamente controladas	2.456.508	-	2.456.508
Outros Investimentos financeiros	387.508	-	387.508
Outros activos financeiros	-	-	-
Outros activos não correntes	-	1.441.907	1.441.907
Total de activos não correntes	138.005.776	53.879.258	191.885.034

(1) Angola incluída no segmento de Portugal, pela ainda reduzida dimensão das suas operações.

6. FACTOS NÃO USUAIS E NÃO RECORRENTES E SAZONALIDADE

Em virtude da formalização do acordo celebrado com a Ascendi foram registados proveitos não recorrentes de 2.397.758 eur em proveitos operacionais que correspondem a uma compensação pela perda de tráfego com a cobrança de portagens nas ex-scuts. Também foi acordada não instalar as Áreas de Serviço de Guimarães, Fafe e Paredes tendo sido devolvidos os respetivos direitos de concessão que originou o recebimento dos juros contratuais no montante de 1.570.323 eur (Nota 16).

Acresce ainda que foram prestados a terceiros serviços de consultoria no montante de 951 mil euros que têm um carácter não recorrente.

A sazonalidade do negócio de restauração é caracterizada por um menor volume de vendas nos dois primeiros trimestres do ano. As vendas dos seis primeiros meses do ano podem ainda ser influenciadas por períodos que podem ou não ser caracterizados por aberturas e/ou encerramentos de unidades do Grupo. No período que compreende os seis primeiros meses do ano, os anos anteriores têm evidenciado que, em perímetro comparável e com uma distribuição razoavelmente uniforme de aberturas e encerramentos, as vendas são cerca de 46% do volume anual.

7. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante o período de seis meses findo em 30 de Junho de 2016 e durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2015, o movimento ocorrido no valor dos activos fixos tangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamentos	Outros Activos fixos tangíveis	Activos Tangíveis em curso (1)	Total
01 de Janeiro de 2015						
Custo	7.444.433	138.429.980	70.718.503	17.057.427	9.564.864	243.215.209
Depreciação acumulada	-	34.496.057	54.791.463	13.348.258	-	102.635.777
Imparidade Acumulada	-	7.844.284	562.633	62.515	-	8.469.432
Valor líquido	7.444.433	96.089.640	15.364.408	3.646.655	9.564.864	132.110.000
31 de Dezembro de 2015						
Valor líquido inicial	7.444.433	96.089.640	15.364.408	3.646.655	9.564.864	132.110.000
Variações do perímetro de consolidação	-	-	-	-	-	-
Conversão cambial	-455.293	-993.314	-319.677	-73.998	-779.806	-2.622.088
Adições	833.571	14.095.614	6.587.413	2.520.021	131.654	24.168.273
Diminuições	-	275.933	169.302	13.776	-	459.012
Transferências	4.140.938	2.453.987	1.375.694	635.587	-8.504.897	101.310
Depreciação exercício	-	3.845.385	4.181.118	857.312	-	8.883.815
Deprec. pelas variações do perímetro	-	-	-	-	-	-
Imparidade exercício	-	2.929.579	-	-	-	2.929.579
Reversão de imparidade	-	-148.054	-	-	-	-148.054
Valor líquido final	11.963.649	104.743.084	18.657.418	5.857.177	411.815	141.633.142
31 de Dezembro de 2015						
Custo	11.963.649	150.435.664	76.028.676	19.707.381	411.815	258.547.187
Depreciação acumulada	-	36.522.989	56.954.512	13.802.872	-	107.280.372
Imparidade Acumulada	-	9.169.591	416.747	47.333	-	9.633.671
Valor líquido	11.963.649	104.743.084	18.657.418	5.857.177	411.815	141.633.142
30 de Junho de 2016						
Valor líquido inicial	11.963.649	104.743.084	18.657.418	5.857.177	411.815	141.633.142
Variações do perímetro de consolidação	-	-	-	-	-	-
Conversão cambial	-766.994	-1.746.464	-766.671	-227.865	-19.700	-3.527.694
Adições	75.880	2.685.579	1.397.615	447.920	2.767.216	7.374.210
Diminuições	-	448.312	130.966	8.360	64.023	651.661
Transferências	-	38.143	6.509	5.228	-96.501	-46.621
Depreciação exercício	-	2.111.444	2.174.989	502.555	-	4.788.988
Deprec. pelas variações do perímetro	-	-	-	-	-	-
Imparidade exercício	-	-	-	-	-	-
Reversão de imparidade	-	-	-	-	-	-
Valor líquido final	11.272.535	103.160.586	16.988.916	5.571.545	2.998.807	139.992.386
30 de Junho de 2016						
Custo	11.272.535	148.198.403	74.603.581	19.234.282	2.998.807	256.307.610
Depreciação acumulada	-	37.338.844	57.261.043	13.627.380	-	108.227.266
Imparidade Acumulada	-	7.698.973	353.623	35.358	-	8.087.954
Valor líquido	11.272.535	103.160.586	16.988.916	5.571.545	2.998.807	139.992.386

(1) os movimentos nos primeiros seis meses de 2016 dizem, fundamentalmente, respeito aos restaurantes KFC e PH em Angola.

Em 2015, as adições no montante de cerca de 24 milhões de euros, referem-se fundamentalmente a aberturas de restaurantes KFC em Angola e Burguer King e Pizza Hut em Portugal.

8. ACTIVOS INTANGÍVEIS E GOODWILL

Os activos intangíveis e o goodwill decompõem-se como se segue:

	<u>Jun-16</u>	<u>Dez-15</u>
Goodwill	40.509.009	40.509.009
Activos intangíveis	11.531.792	11.431.871
	<u>52.040.801</u>	<u>51.940.880</u>

Durante o período de seis meses findo em 30 de Junho de 2016 e durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2015, bem como nas respectivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	Goodwill	Propriedade Industrial	Outros Activos Intangíveis	Activos Intangíveis em curso	Total
31 de Dezembro de 2015					
Custo	42.456.266	21.231.044	5.969.250	2.487.970	72.144.530
Amortização acumulada	-	8.322.510	5.290.418	-	13.612.928
Imparidade acumulada	1.861.678	2.511.522	70.110	-	4.443.310
Valor líquido	40.594.588	10.397.012	608.722	2.487.970	54.088.293
31 de Dezembro de 2015					
Valor líquido inicial	40.594.588	10.397.012	608.722	2.487.970	54.088.293
Variações do perímetro de consolidação	-	-	-	-	-
Conversão cambial	-	-77.506	-	-37.454	-114.960
Adições	-	2.242.182	109.736	442.757	2.794.675
Diminuições	-	7.075	71.086	-	78.161
Transferências	-85.579	66.401	-	-2.134.239	-2.153.417
Amortização do exercício	-	1.141.796	302.608	-	1.444.404
Deprec. pelas variações do perímetro	-	-	-	-	-
Imparidade Exercício	-	1.151.148	-	-	1.151.148
Reversão de imparidade	-	-	-	-	-
Valor líquido final	40.509.009	10.328.070	344.764	759.034	51.940.880
31 de Dezembro de 2015					
Custo	42.370.687	23.375.701	5.918.825	759.034	72.424.247
Amortização acumulada	-	9.386.529	5.534.246	-	14.920.775
Imparidade acumulada	1.861.678	3.661.102	39.815	-	5.562.594
Valor líquido	40.509.009	10.328.070	344.764	759.034	51.940.880
	Goodwill	Propriedade Industrial	Outros Activos Intangíveis	Activos Intangíveis em curso (1)	Total
30 de Junho de 2016					
Valor líquido inicial	40.509.009	10.328.070	344.764	759.034	51.940.880
Variações do perímetro de consolidação	-	-	-	-	-
Conversão cambial	-	-95.984	-	-129.664	-225.648
Adições	-	733.568	-	303.159	1.036.727
Diminuições	-	501	-	66.661	67.162
Transferências	-	3.150	-	-3.150	-
Amortização do exercício	-	568.086	75.910	-	643.996
Deprec. pelas variações do perímetro	-	-	-	-	-
Imparidade Exercício	-	-	-	-	-
Reversão de imparidade	-	-	-	-	-
Valor líquido final	40.509.009	10.400.217	268.854	862.718	52.040.801
30 de Junho de 2016					
Custo	42.370.687	23.831.144	5.687.177	862.718	72.751.726
Amortização acumulada	-	9.769.825	5.409.722	-	15.179.547
Imparidade acumulada	1.861.678	3.661.102	8.601	-	5.531.380
Valor líquido	40.509.009	10.400.217	268.854	862.718	52.040.801

(1) saldo de final do período diz, fundamentalmente, respeito aos 3 restaurantes em Angola por abrir.

A propriedade industrial inclui as concessões e os direitos territoriais do grupo.

A distribuição do Goodwill alocado aos segmentos apresenta-se como segue:

	<u>Jun-16</u>	<u>Dez-15</u>
Restaurantes	11.104.988	11.104.988
Counters	25.349.831	25.349.831
Concessões e Catering	3.874.469	3.874.469
Outros, eliminações e ajustamentos	179.721	179.721
	<u>40.509.009</u>	<u>40.509.009</u>

9. RESULTADO POR ACÇÃO

Em 30 de Junho de 2016 e de 2015, o resultado básico e diluído por acção foi calculado como segue:

	<u>Jun-16</u>	<u>Jun-15</u>
Lucro atribuível aos detentores do capital	8.872.365	4.185.261
Número médio ponderado das acções ordinárias emitidas	21.355.556	20.000.000
Número médio ponderado de acções próprias	-2.135.556	-2.000.000
	<u>19.220.000</u>	<u>18.000.000</u>
Resultado básico por acção (€ por acção)	<u>0,46</u>	<u>0,23</u>
Resultado diluído por acção (€ por acção)	<u>0,46</u>	<u>0,23</u>
Número acções próprias no final do período	<u>2.400.000</u>	<u>2.000.000</u>

Na Assembleia Geral Anual de 29 de Abril de 2016 foi deliberado um aumento do capital social para 24 milhões de euros, por incorporação de reserva legal. O aumento do capital social implicou um aumento de 400.000 das acções próprias.

10. DIVIDENDOS

Na Assembleia Geral Anual de 29 de Abril de 2016 foram atribuídos dividendos ilíquidos de 0,10 euros por acção (0,055 euros em 2015), correspondendo a um valor total de 1.800.000 euros para as acções em circulação (990.000 euros em 2015), tendo sido efectuado o pagamento em 27 de Maio de 2016.

Foram igualmente pagos no semestre 3.798.270 euros de dividendos a um accionista minoritário da subsidiária Ibersande.

11. ACTIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

O Grupo possui passivos contingentes respeitantes a garantias bancárias e de outra natureza e outras contingências relacionadas com o seu negócio (relativas a licenciamentos, taxas de publicidade, higiene e segurança alimentar e colaboradores, sendo a taxa de sucesso da Ibersol nestes processos historicamente elevada). Não se espera que existam passivos significativos decorrentes dos passivos contingentes.

A 30 de Junho de 2016 e 31 de Dezembro de 2015, as responsabilidades não registadas pelas empresas incluídas na consolidação são constituídas principalmente por garantias bancárias prestadas por sua conta, conforme segue:

	<u>Jun-16</u>	<u>Dez-15</u>
Garantias bancárias	2.032.978	1.875.027

O montante das garantias bancárias diz respeito, essencialmente, a concessões e rendas.

12. COMPROMISSOS

Não existem compromissos relativos a investimentos contratados na data de aprovação destas Demonstrações Financeiras.

13. IMPARIDADES

Os movimentos ocorridos durante o período de seis meses findo em 30 de Junho de 2016 e 31 de Dezembro de 2015, na rubrica perdas de imparidade de activos foram os seguintes:

	<u>Jun-16</u>					Saldo final
	Saldo inicial	Transferência	Abates bens c/ imparidade	Imparidade do ano	Reversão imparidade	
Activos Fixos Tangíveis	9.633.672	-	-1.545.717	-	-	8.087.955
Goodwill	1.861.678	-	-	-	-	1.861.678
Activos Intangíveis	3.700.917	-	-31.214	-	-	3.669.703
Existências	74.981	-	-	-	-	74.981
Outros activos correntes	1.442.527	2.045	-	-15.358	-33.951	1.395.263
Outros activos não correntes	134.342	-2.045	-	-	-	132.297
	<u>16.848.116</u>	<u>-</u>	<u>-1.576.931</u>	<u>-15.358</u>	<u>-33.951</u>	<u>15.221.876</u>

	<u>Dez-15</u>					Saldo final
	Saldo inicial	Transferência	Abates bens c/ imparidade	Imparidade do ano	Reversão imparidade	
Activos Fixos Tangíveis	8.469.432	-	-1.617.285	2.929.579	-148.054	9.633.672
Goodwill	1.861.678	-	-	-	-	1.861.678
Activos Intangíveis	2.581.631	-	-31.862	1.151.148	-	3.700.917
Existências	74.981	-	-	-	-	74.981
Outros activos correntes	1.386.567	24.170	-	102.321	-70.532	1.442.527
Outros activos não correntes	158.512	-24.170	-	-	-	134.342
	<u>14.532.802</u>	<u>-</u>	<u>-1.649.147</u>	<u>4.183.048</u>	<u>-218.586</u>	<u>16.848.116</u>

14. GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO

14.1 Factores de risco financeiro

As actividades do Grupo estão expostas a uma variedade de factores do risco financeiro: risco de mercado (inclui risco cambial, risco do justo valor associado à taxa de juro e risco de preço), risco de crédito, risco de liquidez e risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro. O Grupo detém um programa de gestão do risco que foca a sua análise nos mercados financeiros procurando minimizar os potenciais efeitos adversos desses riscos na performance financeira do Grupo.

A gestão do risco financeiro é conduzida pelo Departamento Financeiro, com base nas políticas aprovadas pela Administração. A tesouraria identifica, avalia e realiza coberturas de riscos financeiros em estrita cooperação com as unidades operacionais do Grupo. A Administração providencia princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, risco de crédito e o investimento do excesso de liquidez.

a) Risco de mercado


i) Risco cambial

No que respeita ao risco cambial, o Grupo prossegue uma política de cobertura natural recorrendo a financiamentos em moeda local. Uma vez que o Grupo está essencialmente presente no mercado ibérico, os empréstimos bancários estão maioritariamente denominados em euros na península Ibérica e em Kwanzas, em Angola. O volume de compras, fora da zona Euro, não assume proporções relevantes.


A principal fonte de exposição do Grupo advém do investimento fora da zona euro da operação que desenvolve em Angola, que embora ainda seja de pequena dimensão está em fase de crescimento e por consequência a ganhar peso na atividade do grupo. A escassez de moeda estrangeira em Angola e a desvalorização do Kwanza é um risco a considerar. O financiamento da filial angolana em moeda estrangeira, no montante de 1.750.000 USD, não apresenta grande exposição em função do reduzido montante. Os restantes financiamentos contraídos pelas filiais angolanas estão denominados na moeda local, a mesma em que são gerados os proveitos. A dificuldade em pagar as importações tem vindo a agravar-se e o passivo da subsidiária angolana em moeda estrangeira tem aumentado. A política adoptada é de cobertura do passivo denominado em moeda estrangeira com ativos indexados ao USD (Obrigações de Tesouro do Estado Angolano, apresentadas na rubrica Outros activos financeiros da Demonstração Consolidada da Posição Financeira). No semestre foi investido 6.451.791 euros neste tipo de obrigações, tendo para o efeito sido contraídos financiamentos do mesmo montante (os quais justificam em grande medida o aumento da rubrica Empréstimos face a 31 de Dezembro de 2015)

A taxa de câmbio utilizada nas demonstrações financeiras para conversão de transacções e saldos expressos em Kwanzas, foram respectivamente de:

Jun-16

Taxas de câmbio de referência do Euro (x de moeda estrangeira por 1 Euro)	Taxa em 30 de Junho de 2016	Taxa média do 1º semestre 2016
 Kwanza de Angola (AOA)	185,083	182,113

Dez-15

Taxas de câmbio de referência do Euro (x de moeda estrangeira por 1 Euro)	Taxa em 31 de Dezembro de 2015	Taxa média do ano 2015
 Kwanza de Angola (AOA)	147,842	134,409

Simulando, com base nos valores referentes a 30 de Junho de 2016, uma desvalorização do AKZ face ao USD e ao EUR na ordem dos 5% ou 10%, mantendo tudo o resto constante, o impacto seria nulo em virtude de, a essa data, existir uma cobertura integral dos passivos em moeda estrangeira, ou seja passivos e ativos denominados em moeda estrangeira têm valores idênticos.

ii) Risco de preço

O Grupo não está significativamente exposto ao risco de preço das mercadorias.

iii) Risco de taxa de juro (fluxos de caixa e justo valor)

Com excepção das Obrigações de Tesouro do Estado Angolano, o grupo não tem activos remunerados com juros significativos. Assim sendo, o lucro e os fluxos de caixa da actividade de investimento são substancialmente independentes das alterações da taxa de juro de mercado. No que diz respeito às Obrigações de Tesouro do Estado Angolano, o juro é fixo, pelo que também não existe risco.

O risco principal de taxa de juro do Grupo advém do passivo nomeadamente de empréstimos obtidos de longo prazo. Empréstimos emitidos com taxas variáveis expõem o Grupo ao risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro. Empréstimos emitidos com taxas fixas expõem o Grupo ao risco do justo valor associado à taxa de juro. Com o actual nível das taxas de juro, a política do grupo é, em financiamentos de maior maturidade, de proceder à fixação total ou parcial das taxas de juro.

A dívida remunerada vence juros a taxa variável tendo sido uma parte objecto de fixação de taxa de juro através de um derivado swap taxa de juro. A swap de taxa de juro para cobertura do risco de taxa de juro do empréstimo (papel comercial) de 8,75 milhões de euros tem subjacente o prazo de vencimento dos juros e plano de reembolso idênticos às condições do empréstimo.

Baseado em simulações realizadas a 30 de Junho de 2016, uma subida de mais 100 pontos base na taxa de juro, mantendo tudo o resto constante, teria um impacto negativo no resultado líquido do período de 112 mil euros.

b) Risco de crédito

A principal actividade do Grupo é realizada com vendas pagas a dinheiro ou cartão de débito ou crédito, pelo que o Grupo não tem concentrações de risco de crédito relevantes. Em relação a clientes o risco está circunscrito aos negócios de Catering e vendas de mercadorias a franquizados que representam menos de 4% do volume de negócios consolidado. O Grupo tem políticas que asseguram que as vendas a crédito são efectuadas a clientes com um histórico de crédito apropriado. O Grupo tem políticas que limitam o montante de crédito a que os clientes têm acesso.

As disponibilidades do Grupo incluem, essencialmente depósitos decorrentes do caixa gerado pelas operações e respetivos depósitos nas contas à ordem. Excluídos esses montantes, é reduzido o valor das aplicações financeiras a 30 de Junho de 2016.

Os depósitos e outras aplicações financeiras encontram-se dispersos por várias instituições de crédito, não existindo, por conseguinte, concentração destes ativos financeiros.

c) Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção de um valor suficiente em caixa e depósitos bancários, a viabilidade da consolidação da dívida flutuante através de um montante adequado de facilidades de crédito e a capacidade de liquidar posições de mercado. A gestão das necessidades de tesouraria é feita com base no planeamento anual que é revisto trimestralmente e ajustado diariamente. Em conformidade com a dinâmica dos negócios subjacentes, a Tesouraria do Grupo tem vindo a efectuar uma gestão flexível do papel comercial e a negociação de linhas de crédito disponíveis a todo o momento.

Para o efeito consideram-se que os empréstimos bancários de curto prazo vencem na data de renovação e que os contratos de papel comercial vencem nas datas de denúncia.

A 30 de Junho de 2016, o passivo corrente ascende a 62 milhões de euros, face aos 34 milhões de activo corrente. Este desequilíbrio é, em parte uma característica financeira deste negócio, noutra deve-se aos programas de Papel Comercial em que se considera o reembolso na data de denúncia independentemente dos prazos pelos quais estão contratados. Durante o ano de 2016 prevê-se a manutenção da emissão do Papel Comercial considerado em dívida de curto prazo (3.750.000 euros). No entanto, em caso de necessidade, o saldo de caixa e bancos e os fluxos de caixa operacionais previstos, são suficientes para liquidar os empréstimos correntes.

Em 30 de Junho de 2016, a utilização das linhas de curto prazo de apoio à tesouraria era inferior a 2%. Os depósitos a prazo e outras aplicações de 15,1 milhões de euros correspondem a 31% do passivo remunerado.

Na tabela seguinte são apresentados os passivos financeiros (grupos relevantes) considerando os cash-flows contratuais não descontados:

	<u>até Junho 2017</u>	<u>de Junho de 2017 a 2028</u>
Empréstimos e descobertos bancários	6.604.122	19.678.378
Papel comercial	3.750.000	17.750.000
Fornecedores Imobilizado	7.275.020	-
Fornecedores	21.580.673	-
Fornecedores Locação Financeira	155.769	422.836
Outras contas a pagar	10.087.355	225.289
Acréscimos de gastos	11.102.705	-
Total	<u>60.555.644</u>	<u>38.076.503</u>

d) Risco de capital

A sociedade procura manter um nível de capitais próprios adequado às características do principal negócio (vendas a dinheiro e crédito de fornecedores) e a assegurar a continuidade e expansão. O equilíbrio da estrutura de capital é monitorizado com base no rácio de alavancagem financeira (definido como: dívida remunerada líquida / (dívida remunerada líquida+capital próprio)) com o objectivo de o situar no intervalo 35%-70%.

O rácio de alavancagem financeira em 30 de Junho de 2016 e 31 de Dezembro de 2015 foi de 12% e 14%, respectivamente, conforme evidenciado no quadro abaixo:

	<u>Jun-16</u>	<u>Dez-15</u>
Empréstimos	48.361.105	43.435.303
Outros activos financeiros	-15.085.648	-7.098.836
Caixa e depósitos bancários	-15.101.397	-14.471.082
Endividamento líquido	18.174.060	21.865.385
Capital próprio	137.108.296	135.046.003
Capital total	<u>155.282.356</u>	<u>156.911.388</u>
Rácio de alavancagem financeira	12%	14%

Apesar do objectivo de situar o rácio de alavancagem financeira no intervalo 35%-70%, por prudência, face aos estrangimentos recentes dos mercados financeiros, em 30 de Junho de 2016 e 31 de Dezembro de 2015, registamos um rácio 12% e 14%, respectivamente.

14.2 Estimativa de justo valor

O justo valor dos instrumentos financeiros comercializados nos mercados activos (por exemplo derivados negociados publicamente, títulos para negociação e disponíveis para venda) é determinado com base nos preços do mercado de cotação à data de demonstração consolidada da posição financeira. O preço do mercado usado para os activos financeiros do Grupo é o preço recebido pelos accionistas no mercado corrente. O preço do mercado para os passivos financeiros é o preço a pagar no mercado corrente.

O valor nominal de contas a receber (deduzido de ajustamentos de imparidade) e a pagar é assumido como aproximado do seu justo valor. O justo valor dos passivos financeiros é estimado actualizando os fluxos de caixa futuros contratualizados à taxa de juro do mercado corrente que está disponível para instrumentos financeiros similares.

15. OUTROS ACTIVOS E PASSIVOS CORRENTES

O detalhe dos outros activos e passivos correntes em 30 de Junho de 2016 e 31 de Dezembro de 2015, apresenta-se como segue:

OUTROS ACTIVOS CORRENTES

	<u>Jun-16</u>	<u>Dez-15</u>
Clientes	4.418.693	3.688.266
Estado e outros entes públicos	93.268	203.710
Outros devedores	2.805.883	4.876.466
Adiantamentos a fornecedores	1.174.498	94.089
Acréscimos de proveitos	1.740.984	1.591.708
Custos diferidos	1.731.315	1.781.688
Outros activos correntes	11.964.641	12.235.927
Perdas de imparidade acumuladas	1.395.263	1.442.527
	10.569.378	10.793.400

OUTROS PASSIVOS CORRENTES

	<u>Jun-16</u>	<u>Dez-15</u>
Outros credores	2.012.099	1.986.777
Estado e outros entes públicos	5.617.266	6.020.854
Proveitos diferidos	968.788	709.493
Outros passivos correntes	8.598.153	8.717.124

A redução verificada na rubrica Outros Devedores tem a ver com o reembolso do montante investido nas plataformas de Fafe, Guimarães e Paredes (2,1 milhões de euros).

16. CUSTO DE FINANCIAMENTO LÍQUIDO

A decomposição de Custo de financiamento líquido em 30 de Junho de 2016 e 2015 apresenta-se como segue:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Juros suportados	1.093.656	571.393
Juros obtidos (1)	-1.952.083	-21.446
Diferenças de câmbio (2)	-14.544	1.416.572
Descontos de pronto pagamento obtidos	-4.447	-4.944
Outros custos e proveitos financeiros	297.662	399.670
	-579.756	2.361.245

(1) em 2016, montante referente essencialmente a juros de compensação da Aenor (Nota 6).

(2) em 2015, a desvalorização do AKZ face às principais moedas, com especial destaque para o USD, originou diferenças de câmbio desfavoráveis potenciais em Angola pela atualização dos ativos e passivos em moeda estrangeira. Em 2016, essa actualização cambial foi reconhecida em outros custos operacionais (cerca de 0,5 milhões de euros).

17. TRANSACÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas no grupo são:

- Accionistas

- Dr. António Carlos Vaz Pinto de Sousa – 1.400 acções (*)

- Dr. António Alberto Guerra Leal Teixeira – 1.400 acções (*)

- ATPS - SGPS, SA – 10.981.701 acções

(*) os direitos de voto imputáveis à ATPS são igualmente imputáveis a António Carlos Vaz Pinto de Sousa e a António Alberto Guerra Leal Teixeira nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 20.º e do n.º 1 do artigo 21.º, ambos do Código dos Valores Mobiliários, em virtude de estes últimos deterem o domínio da referida sociedade, na qual participam indirectamente, em partes iguais, através, respectivamente, das sociedades CALUM – Serviços e Gestão, S.A. com o NIPC 513799486 e DUNBAR - Serviços e Gestão, S.A. com o NIPC 513799257, as quais, em conjunto, detêm a maioria do capital social da ATPS.

- Empreendimento conjunto - UQ Consult, S.A.

No que diz respeito aos saldos e transacções com entidades relacionadas, o valor global dos saldos e transacções do Grupo com o empreendimento conjunto UQ Consult diz essencialmente respeito a serviços de apoio e gestão de sistemas de informação e foi de, respectivamente, 730.968 e 1.213.830 euros.

- Administradores:

A sociedade accionista ATPS - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. presta serviços de administração e gestão do grupo, ao abrigo dum contrato de prestação de serviços com a participada Ibersol, Restauração, S.A.. Entre as obrigações da ATPS - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. inclui-se a de assegurar que os administradores da sociedade, António Carlos Vaz Pinto de Sousa e António Alberto Guerra Leal Teixeira, exerçam os seus cargos sem que a mesma sociedade tenha de incorrer em qualquer encargo adicional. A sociedade não paga directamente a nenhum dos seus administradores qualquer remuneração.

18. NORMAS IFRS JÁ EMITIDAS OU REVISTAS E DE APLICAÇÃO FUTURA

1. Os impactos da adopção das normas e interpretações que se tornaram efectivas a 1 de Janeiro de 2016, são os seguintes:

Normas:

a) Melhorias às normas 2010 - 2012. Este ciclo de melhorias afeta os seguintes normativos: IFRS 2, IFRS 3, IFRS 8, IFRS 13, IAS 16 e 38 e IAS 24. A adoção desta alteração não teve qualquer impacto nas Demonstrações Financeiras da Entidade.

b) IAS 19 (alteração), 'Planos de benefícios definidos – Contribuições dos empregados'. A alteração à IAS 19 aplica-se a contribuições de empregados ou entidades terceiras para planos de benefícios definidos, e pretende simplificar a sua contabilização, quando as contribuições não estão associadas ao número de anos de serviço. Esta norma não é aplicável à entidade, que não tem planos de benefícios definidos.

c) IAS 1 (alteração), 'Revisão às divulgações'. A alteração dá indicações relativamente à materialidade e agregação, à apresentação de subtotais, à estrutura das demonstrações financeiras, à divulgação das políticas contabilísticas, e à apresentação dos itens de Outros rendimentos integrais gerados por investimentos mensurado pelo método de equivalência patrimonial. A adoção desta alteração não teve qualquer impacto nas Demonstrações Financeiras da Entidade.

d) IAS 16 e IAS 38 (alteração), 'Métodos de cálculo de amortização e depreciação permitidos'. Esta alteração clarifica que a utilização de métodos de cálculo das depreciações/ amortizações de ativos com base no rédito obtido, não são por regra consideradas adequadas para a mensuração do padrão de consumo dos benefícios económicos associados ao ativo. É de aplicação prospetiva. A adoção desta alteração não teve qualquer impacto nas Demonstrações Financeiras da Entidade.

e) IAS 16 e IAS 41 (alteração), 'Agricultura: plantas que produzem ativos biológicos consumíveis'. Esta alteração define o conceito de uma planta que produz ativos biológicos consumíveis, e retira este tipo de ativos do âmbito da aplicação da IAS 41 – Agricultura para o âmbito da IAS 16 – Ativos

tangíveis, com o consequente impacto na mensuração. Contudo, os ativos biológicos produzidos por estas plantas, mantêm-se no âmbito da IAS 41 – Agricultura. Esta norma não é aplicável à entidade.

f) IAS 27 (alteração), ‘Método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas’. Esta alteração permite que uma entidade aplique o método da equivalência patrimonial na mensuração dos investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas, nas demonstrações financeiras separadas. Esta alteração é de aplicação retrospectiva. A adoção desta alteração não teve qualquer impacto nas Demonstrações Financeiras da Entidade.

g) IFRS 11 (alteração), ‘Contabilização da aquisição de interesse numa operação conjunta’. Esta alteração introduz orientação acerca da contabilização da aquisição do interesse numa operação conjunta que qualifica como um negócio, sendo aplicáveis os princípios da IFRS 3 – concentrações de atividades empresariais. A adoção desta alteração não teve qualquer impacto nas Demonstrações Financeiras da Entidade.

h) Melhorias às normas 2012 - 2014. Este ciclo de melhorias afeta os seguintes normativos: IFRS 5, IFRS 7, IAS 19 e IAS 34. A adoção desta alteração não teve qualquer impacto nas Demonstrações Financeiras da Entidade.

2. Alterações a normas existentes publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016, mas que a União Europeia ainda não adotou:

Normas:

a) Alterações às IFRS 10, 12 e IAS 28, ‘Entidades de investimento: aplicação da isenção à obrigação de consolidar’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração clarifica que a isenção à obrigação de consolidar de uma “Entidade de Investimento” se aplica a uma empresa holding intermédia que constitua uma subsidiária de uma entidade de investimento. Adicionalmente, a opção de aplicar o método da equivalência patrimonial, de acordo com a IAS 28, é extensível a uma entidade, que não é uma entidade de investimento, mas que detém um interesse numa associada ou empreendimento conjunto que é uma “Entidade de investimento”. A adoção desta alteração não teve qualquer impacto nas Demonstrações Financeiras da Entidade.

3. Normas e alterações a normas existentes publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017, mas que a União Europeia ainda não endossou:

Normas

a) IAS 7 (alteração), ‘Revisão às divulgações’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração introduz uma divulgação adicional sobre as variações dos passivos de financiamento, desagregados entre as transações que deram origem a movimentos de caixa e as que não, e a forma como esta informação concilia com os fluxos de caixa das atividades de financiamento da Demonstração do Fluxo de Caixa. Não se estima que a sua aplicação tenha impactos relevantes.

b) IAS 12 (alteração), ‘Imposto sobre o rendimento – Reconhecimento de impostos diferidos ativos sobre perdas potenciais’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração clarifica a forma de contabilizar impostos diferidos ativos relacionados com ativos mensurados ao justo valor, como estimar os lucros tributáveis futuros quando existem diferenças temporárias dedutíveis e como avaliar a recuperabilidade dos impostos diferidos ativos quando existem restrições na lei fiscal. Não se estima que a sua aplicação tenha impactos relevantes.

c) IFRS 2 (alteração), ‘Classificação e mensuração de transações de pagamentos baseados em ações’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração clarifica a base de mensuração para as transações de pagamentos baseados em ações liquidadas financeiramente

("cash-settled") e a contabilização de modificações a um plano de pagamentos baseado em ações, que alteram a sua classificação de liquidado financeiramente ("Cash-settled") para liquidado com capital próprio ("equity-settled"). Para além disso, introduz uma exceção aos princípios da IFRS 2, que passa a exigir que um plano de pagamentos baseado em ações seja tratado como se fosse totalmente liquidado com capital próprio ("equity-settled"), quando o empregador seja obrigado a reter um montante de imposto ao funcionário e pagar essa quantia à autoridade fiscal. Não se estima que a sua aplicação tenha impactos relevantes.

d) IFRS 9 (nova), 'Instrumentos financeiros' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Esta norma ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. A IFRS 9 substitui os requisitos da IAS 39, relativamente: (i) à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros; (ii) ao reconhecimento de imparidade sobre créditos a receber (através do modelo da perda esperada); e (iii) aos requisitos para o reconhecimento e classificação da contabilidade de cobertura. Não se estima que a sua aplicação tenha impactos relevantes.

e) IFRS 15 (nova), 'Rédito de contratos com clientes' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Esta norma ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta nova norma aplica-se apenas a contratos para a entrega de produtos ou prestação de serviços, e exige que a entidade reconheça o rédito quando a obrigação contratual de entregar ativos ou prestar serviços é satisfeita e pelo montante que reflete a contraprestação a que a entidade tem direito, conforme previsto na "metodologia das 5 etapas". Não se estima que a sua aplicação tenha impactos relevantes.

f) Alterações à IFRS 15), 'Rédito de contratos com clientes' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Estas alterações ainda estão sujeitas ao processo de endosso pela União Europeia. Estas alterações referem-se às indicações adicionais a seguir para determinar as obrigações de desempenho de um contrato, ao momento do reconhecimento do rédito de uma licença de propriedade intelectual, à revisão dos indicadores para a classificação da relação principal versus agente, e aos novos regimes previstos para simplificar a transição. Não se estima que a sua aplicação tenha impactos relevantes.

g) IFRS 16 (nova), 'Locações' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019). Esta norma ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta nova norma substitui o IAS 17, com um impacto significativo na contabilização pelos locatários que são agora obrigados a reconhecer um passivo de locação refletindo futuros pagamentos da locação e um ativo de "direito de uso" para todos os contratos de locação, exceto certas locações de curto prazo e de ativos de baixo valor. A definição de um contrato locação também foi alterada, sendo baseada no "direito de controlar o uso de um ativo identificado". Não se estima que a sua aplicação tenha impactos relevantes.

19. EVENTOS SUBSEQUENTES

Até à data de aprovação deste relatório não ocorreram factos significativos que mereçam destaque, para além de:

a) nos termos do acordo celebrado com a YUM! Restaurants International, proprietária da marca Pizza Hut, a operação desenvolvida em Espanha pela nossa subsidiária Vidisco,SL vai passar a ser desenvolvida sob a marca "Pizza Hut". O processo de conversão da marca "Pizza Movil" em "Pizza Hut" prolongar-se-à ao longo do próximo ano.

b) por contrato celebrado em 29 Julho de 2016, a Ibersol prometeu adquirir ao grupo de alimentação AGROLIMEN com sede em Barcelona a totalidade do capital do Grupo Eat-Out que detém uma posição significativa no mercado espanhol de restauração, através de distintas marcas: Pans & Co, Ribs, FresCo e Dehesa Santa Maria, para além de uma destacada presença no segmento Travel, operando em vários Aeroportos em Espanha. O montante total da operação deverá ascender a cerca de 110 milhões de euros.

20. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 29 de Agosto de 2016.

Relatório de Revisão Limitada Elaborado por Auditor Registrado na CMVM sobre a Informação Semestral Consolidada

Introdução

1 Nos termos do Código dos Valores Mobiliários, apresentamos o nosso Relatório de Revisão Limitada sobre a informação consolidada do período de seis meses findo em 30 de junho de 2016, da Ibersol, S.G.P.S., S.A., incluída: no Relatório consolidado de Gestão, na Demonstração consolidada da posição financeira (que evidencia um total de 249.027.540 euros e um total de capital próprio de 137.108.296 euros, o qual inclui Interesses não controlados de 977.718 euros e um resultado líquido de 8.872.365 euros), na Demonstração consolidada do rendimento integral, na Demonstração consolidada das alterações no capital próprio e na Demonstração consolidada dos fluxos de caixa do período findo naquela data e no correspondente Anexo.

2 As quantias das demonstrações financeiras, bem como as da informação financeira adicional, são as que constam dos registos contabilísticos.

Responsabilidades

3 É da responsabilidade do Conselho de Administração: (a) a preparação de informação financeira consolidada que apresente de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado e o rendimento integral consolidado das suas operações, as variações no capital próprio consolidado e os fluxos consolidados de caixa; (b) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), tal como adotadas na União Europeia, em particular com a Norma Internacional de Contabilidade n.º 34 – Relato Financeiro Intercalar, e que seja completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (c) a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados; (d) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e (e) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua atividade, posição financeira ou resultados.

4 A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso trabalho.

Âmbito

5 O trabalho a que procedemos teve como objetivo obter uma segurança moderada quanto a se a informação financeira anteriormente referida não contém distorções materialmente relevantes. O nosso trabalho foi efetuado com base na Norma Internacional sobre trabalhos de Exame Simplificado (ISRE 2410), planeado de acordo com aquele objetivo, e consistiu, principalmente, em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever: (i) a fiabilidade das asserções constantes da informação financeira; (ii) a adequação das políticas contabilísticas adotadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação; (iii) a aplicação, ou não, do princípio da continuidade; (iv) a apresentação da informação financeira; e (v) se a informação financeira consolidada é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita.

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
o'Porto Bessa Leite Complex, Rua António Bessa Leite, 1430 - 5º, 4150-074 Porto, Portugal
Tel +351 225 433 000 Fax +351 225 433 499, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 183 e na CMVM sob o n.º 20161485

6 O nosso trabalho abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do relatório consolidado de gestão com os restantes documentos anteriormente referidos.

7 Entendemos que o trabalho efetuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente parecer sobre a informação semestral.

Parecer

8 Com base no trabalho efetuado, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de uma segurança moderada, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação financeira consolidada do período de seis meses findo em 30 de junho de 2016 contém distorções materialmente relevantes que afetem a sua conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), tal como adotadas na União Europeia, em particular com a Norma Internacional de Contabilidade nº 34 – Relato Financeiro Intercalar, e que não seja completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita.

Relatório sobre Outros Requisitos

9 Com base no nosso trabalho, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação constante do Relatório consolidado de gestão não é concordante com a informação financeira consolidada do período.

29 de agosto de 2016

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:

Hermínio António Paulos Afonso, R.O.C.